

## Percurso do leitor, n.2

Abriam-lhe as portas do hospício como visitante. Pôs os pés lá dentro como quem tem um segredo. Seu objetivo: descobrir passagens secretas que possibilitem a fuga de Maura Lopes Cançado. Ao chegar, encontrou a escritora deitada no seu leito não parecendo minimamente interessada no projeto. Tinha tomado doses pesadas de ansiolíticos depois de ter dado um pontapé na bunda da enfermeira que não lhe quis servir mate na caneca. Sentou-se no chão, sem estímulos, pois lhe faltavam cadeiras. Sem se dar conta adormeceu e ao acordar notou que lhe tinham vestido o uniforme da instituição e gritavam-lhe que se pusesse em marcha para o café da manhã.

Argumentou com uma das enfermeiras que tinha ido ali no intuito de visitar uma amiga e ela deu-lhe uma gargalhada bem alta na cara, emitindo até algumas gotas de cuspe. Quando Maura entrou na fila do refeitório deu-lhe uma piscadela cúmplice. Necessitavam conversar urgentemente. Ela acreditava fortemente que detrás da parede lateral do pátio elas pudessem encontrar uma rachadura que permitisse, quem sabe, a construção de um túnel.

Não lhe restou mais alternativas senão a de encontrar-se com a escritora no final da tarde, no momento em que os doentes cumpriam o seu passeio vespertino no pátio. Ao entrar ali sentiu-se tonto. Mulheres nuas e mal-cheirosas olhavam estáticas para lugar nenhum, ou melhor, para a parede do lugar. Uma imagem petrificante.

Quis sair dali imediatamente, gritou que necessitava ir embora, que sempre fora considerado como um baluarte de equilíbrio pela sua família e terminou amarrado em uma cama em que preparavam para aplicar-lhe seções de eletrochoque. Calou-se, pediu desculpas pelo momento de desequilíbrio, foi liberado desta vez e voltou ao espaço comum do hospício procurando por Maura Lopes Cançado.

Ela estava sentada, roendo as unhas, numa sala de convívio do hospício, rodeada de outras internas. Quando o viu recusou-se a atendê-lo. Estava elaborando um plano de vingança contra

uma das internas que havia tacado o almoço de uma amiga sua na cabeça de uma das enfermeiras.

Ele entrou na cabine do banheiro e chorou escondido. Onde mais poderia estar sozinho em um hospício? Deitou-se na cama e dormiu por dois dias consecutivos. Talvez tenham sido as pílulas que lhe deram. Teve preguiça de elaborar seu plano de evasão naquele momento e achou que podia adiá-lo para a manhã seguinte. Ao invés disso optou por escrever seu diário que levava com ele.

Rio, 10 de setembro de 2007

A casa do Carlos Heitor Cony é exatamente como eu achei que fosse. Livros encadernados por toda a parte, uma vista bonita, quadros pintados pelo próprio. Eu fui pra lá muito feliz dirigindo o carro velho da minha mãe (eu que demorei sete anos desde a época em que tirei a carteira até hoje quando virei um verdadeiro "ás" do volante). Deslizo tranqüila pelas curvas da Lagoa lembrando com certo desdém de alguns ataques de pavor que me faziam parar o carro no meio da rua Humaitá, e entregar as chaves pro Pedro, seguidos por um sentimento de fracasso quase aniquilante. Só não esperava as jujubas e o suco de laranja colocados em uma bandeja branca de comercial de TV, que me contive, com a educação portuguesa que recebi, para não atacar. Eu entrei no escritório com a Ana Lee e o Imortal logo notou a diferença de altura existente entre nós. Apesar de não ser muito lisonjeira, a constatação de que tinha uns 20 cm a menos que minha amiga, senti-me confortável na minha pequenez, que não me exigia grandes performances.

O tema da entrevista era a Maura. Ele a tinha conhecido bem de perto. Tinha trabalhado com ela no Suplemento Literário do JB, tinha sido seu amigo, tinha lhe dado uma máquina na qual ela escreveu *Hospício é Deus*, e eu via ali em cima da escrivania a primeira edição autografada: "À Carlos Heitor Cony responsável pela parte gráfica deste livro, um beijo da Maura".

Mas, apesar disso tudo, ela tinha falado mal dele no diário, e ele agora me dava a versão dele pra coisa:

Ela se achava muito bonita, mas não era tanto, era muito baixinha e meio rechonchuda; ela parecia que não era louca, que armava as coisas de propósito, ela tinha matado duas pessoas, um namorado repórter do Última Hora e uma enfermeira na Dr. Eiras. Esse último assassinato ela planejou durante dias raspando uma colher no chão até virar uma lamina(já que não eram permitidos aos internos o uso de facas e garfos), e passou na jugular da enfermeira que morreu praticamente na hora. Vontade de enfiar na boca todas as jujubas de uma vez. Conversamos mais um pouco sobre os diários que ele tem e nunca publicou, sobre Machado de Assis e Quincas Borba o seu romance preferido, eu saio encantada com a amabilidade dele, da Ana Lee, da sua mulher que nos serviu jujubas, e desço o elevador pensando: " eu que nunca tive coragem de roubar bala na Sears, que não consigo ver violência no cinema, que sou uma mela cueca e que dancei jazz da primeira serie ao terceiro ano estou estudando por que diabos esta louca?"

A Lagoa a noite é assustadora, parei o meu carro muito longe. Não tem ninguém no sábado a essa hora, eu preciso correr. Eu vejo um ônibus a direita. Acelero e o vidro se espatifa no meu colo. Não vi a árvore à esquerda. Não acendi o farol. Paro em um posto e os frentistas se assustam com a minha cara de pavor. Tenho que ligar para o Pedro.

Quererá me matar essa psicopata?

## Capítulo II - Claustrofobia

25-10-1959

Centro Psiquiátrico Nacional, Hospital Gustavo Riedl, Seção Tillemont Fontes - seção feminina do hospício. Em um dia de calor insuportável no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, uma interna escreve, vestida com o uniforme cinzento da instituição, apoiando o caderno sobre os joelhos do quarto-cela que divide com uma senhora alemã, suada e gorda, que nunca adormece. Parece escrever um diário.

A atmosfera amorfa e letárgica deste hospital invade a composição das suas páginas ditando o tom asfixiante da escrita:

“Me recuso a levantar as pálpebras além dos muros. Uniformes cinzentos. Desfile de rostos iguais. Alguns gritos, algumas gargalhadas. Sem lágrimas, sem apelação (...) um momento fosco se estendeu trêmulo, o alto falante gritava música seca, fazendo o corredor dançar quieto e quase vazio, enquanto as mulheres se olhavam, andando lentas e sacudidas” (Cançado, 1992, p.34).

O registro dos dias começa após o momento em que, ao internar-se, a escritora que veio sem nenhuma bagagem troca a sua roupa pelo uniforme dos doentes. Nesta passagem para dentro dos muros da instituição, o leitor tem acesso ao universo incolor dos imensos corredores em linha reta, das formas quadrangulares do pátio, dos uniformes azuis-desbotados dos doentes e brancos dos médicos, da imundice dos refeitórios, da catatonia das mulheres internadas, da violência das guardas e enfermeiras. A sensação é de que a escrita vira às avessas a própria estrutura desta instituição total<sup>16</sup>, completamente fechada ao mundo exterior. Parece engajar-se em arrombar as suas portas cobertas de arame farpado, gritando abertamente:

---

<sup>16</sup> O termo “instituição total” aqui utilizado baseia-se no livro “Manicômios, prisões e conventos” de Erving Goffman, escrito em 1961, dois anos após “Hospício é Deus”. Depois de uma pesquisa de campo que incluiu um ano de estadia como assistente do diretor de atletismo em um Hospital psiquiátrico, nos Estados Unidos, o autor define como principais características de uma instituição total ser: “Local onde grande número de indivíduos são separados da sociedade por um considerável período de tempo, levando uma vida fechada e formalmente administrada (...) Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.” (Goffman 1961, p.16)

“*ENTRADA FRANCA AOS VISITANTES*” (Cançado, 1992, p.147)

O visitante que aceita o convite é logo acometido pela vontade de sair correndo para que as portas não se fechem e ele termine ali enclausurado pra sempre junto às ratazanas que atravessam o pátio. O cheiro é acre, a luz é fraca e a temperatura está acima do suportável. Não há dúvida de que se trata de um hospício. Estranha prisão, cujos habitantes não dispõem de quem advogue em seu favor, justamente por não serem considerados criminosos. Pesadelo recorrente do imaginário da modernidade, no qual gritamos contra as grades a um médico indiferente que não somos loucos, que nos deixe sair, mas eis aí mais uma prova da nossa insanidade e os nossos companheiros de prisão não nos fazem mais do que lançar um sorriso desdenhoso. Todo o acusado se diz inocente. Todo o louco se julga são.

“Estou na seguinte situação, eu que procurei o hospital espontaneamente: presa, sem apelação. O mais eloqüente discurso só viria complicar-me. Diriam: está agitada. A força física de nada valeria caso eu tentasse transpor a porta que leva à saída do hospital. Seria detida imediatamente. Insistindo, presa. Se chegasse ao desvario de discutir, alegando ter vindo sozinha, portanto com direito também a sair sozinha, terminaria no quarto-forte, depois de passar por várias humilhações físicas e morais. Amanhã, uma informação lacônica ao médico: Maura se agitou. Felizmente não sinto desejo de sair daqui” (Cançado, 1992, p.49).

O visitante-leitor começa por ficar desesperado com este cenário que se afigura. Como pode ser que Maura afirme que não sente desejo de sair dali? Onde estaria o “desespero de fuga”, força motriz da escrita que o incentivou a arriscar-se nesse empreendimento de evasão? Este movimento de abertura do hospício ao visitante teria a única finalidade de também encarcerá-lo? Diante da imensidão do hospício, que se expande e se complexifica a cada página percorrida, tem-se a impressão cada vez mais forte que é impossível escapar desse lugar onde todos não passam de números no peito do uniforme.

## Trajectoria em espiral

O hospício não é uma prisão comum, fato que dificulta a fabulação dos modos de fuga. De cara surge um primeiro estranhamento que indica a complexidade da clausura aqui em jogo e dos obstáculos que serão enfrentados

pelos fugitivos: em todas as vezes em que esteve internada, Maura conta ter sido ela quem procurou o hospício como um refúgio: “Vim sozinha. O que me trouxe foi a necessidade de fugir para algum lugar, aparentemente fora do mundo” (Cançado, op.cit, p.28).

Nesta trajetória de internações, no entanto, é possível perceber como, progressivamente, o hospício parece destituir-se cada vez mais do vulto romântico que nos primeiros anos de internação revestiam a imagem da “casa de loucos”. Aos poucos, vemos desaparecer sua imagem de local de repouso com verdes gramados para emergir uma coloração cinzenta onde loucura e pobreza se confundem.

As passagens nas quais Maura relembra e narra estes episódios aparecem espalhadas pelo diário em fragmentos soltos. Estabelecer uma linearidade cronológica entre eles requereu um certo esforço arqueológico de reunir, em um só corpo, peças incompletas. Nestes relatos, as estadias em sanatórios e casas de saúde aparecem como uma válvula de escape possível à dificuldade em se opôr ao julgamento cruel a que estava exposta por seu comportamento considerado “desviante”.

A primeira internação foi em um sanatório de elite em Belo Horizonte, quando tinha apenas dezoito anos. Nessa época, estar internado, segundo a autora, era uma experiência revestida por uma aura de romantismo e mistério. Os amplos jardins de gramado verde da clínica e o uniforme alvo das atenciosas enfermeiras, apareciam mesmo como um refúgio no qual ficava suspenso, pelo menos aparentemente, o conflito extenuante que travava com a moral extremamente conservadora da alta sociedade mineira, na qual não se enquadrava desde que aos quatorze anos, à revelia do pai, saiu de casa para se casar, teve um filho e se divorciou menos de um ano depois.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Depois do divórcio, Maura conta que com quinze anos não conseguiu readaptar-se em nenhum ambiente. Na tentativa de prosseguir com a vida em Belo Horizonte era recusada nos colégios de freiras, ninguém lhe dirigia a palavra nos pensionatos de estudantes em que morava, os homens não a respeitavam. Tudo isso a escritora atribui à rígida moral do seu estado natal.

Maura tem com Minas Gerais uma relação ambígua que mistura rancor, fascínio e ternura: “Em Belo Horizonte, cercado por montanhas, somos fundidos a ferro e fogo. Montanha, ferro, pedras, minério – transforma-nos em seres rijos, pensantes e mais cruéis. Ainda o amor é transformado pela paisagem em algo cerebral, uma ávida cerebralização de ternura que não afasta a solidão: antes, exacerba-a mais ainda. Eu não seria hoje o que sou se não fosse mineira. A Minas devo meu caráter introspectivo, minha busca constante do absoluto e a disciplina que consigo me impor quando o desejo, essencial ao estudo e à criação. E conservo mesmo, certo desprezo pelos filhos de outras paisagens mais amenas, porém lassas” (Cançado, 1992, p.64).

“necessitava desesperadamente de amor e proteção. Estava magra, nervosa e não dormia. O sanatório parecia-me romântico e belo. Havia certo mistério que me atraía (...)Durante minha permanência nesse sanatório costumava sair à rua com enfermeiras, via pessoas andando normalmente e pensava: como podem viver livres e desprotegidas?(...) Como viver num mundo sem sofrer se tudo é tão perigoso e inusitado?” (Cançado, s.d, p.64)

Mas já aqui o abrigo não era tão seguro. Sua saída deste lugar aconteceu depois de estourado o escândalo do caso amoroso entre Maura e um médico psiquiatra, fazendo com que sua mãe se recusasse a continuar arcando com os altíssimos custos de estadia. Voltando ao mundo “perigoso e inusitado”, visto por dentro dos muros baixos deste primeiro sanatório, desiste de enquadrar-se na imagem de moça de boa família de Minas Gerais, que já lhe havia sido negada junto com a declaração de seu novo estado civil.

“Após a experiência no sanatório, desisti de insistir na vida em que antes me obstinava. A atitude do psiquiatra abriu-me nova perspectiva<sup>18</sup>. Eu não era a mocinha moradora em pensionatos, a “Minas- Girl” como são chamadas as moças do Minas Tênis Clube. Mudei-me para um hotel de luxo (...) aprendi a fumar, embriagava-me todas as noites, gastava minha herança de maneira insensata (...) era considerada uma jovem louca, amoral (ou imoral?), irresponsável, bonita, inteligente e rica” (Cançado, 1992, p.65)

Rompendo “com todos os preconceitos que alicerçavam a moral burguesa”<sup>19</sup>, mas sem amenizar o sofrimento (“quase sempre pensava em matar-me”)<sup>20</sup> desistiu de Belo Horizonte e veio morar no Rio de Janeiro aos vinte e dois anos, sustentada por um amante rico.<sup>21</sup> Esta mudança de cidade não amenizou, no entanto, a angústia que já sentia em Minas. Depois de enfrentar uma crise depressiva na qual não era capaz de sair do quarto do hotel onde estava hospedada, internou-se por conta própria em um sanatório no Alto da Boa Vista, freqüentado pela classe alta carioca.

“Freqüentada por pessoas agradáveis, a Casa de Saúde era belíssima, elegante. No grande hall jogávamos sinuca, bilhar, pingue-pongue e cartas. Eu me vestia com muita elegância. A princípio pareceu-me divertido.” (Cançado, 1992., p.99)

<sup>18</sup> Uma amiga de Maura teria ido procurar o tal psiquiatra para dizer que assumisse o caso e ele teria respondido que uma vez confrontados, o depoimento dela não valeria nada, pois a escritora seria considerada louca. (Cançado, s.d., p.64)

<sup>19</sup> Cançado, op.cit, p.178.

<sup>20</sup> Idem, p.65

<sup>21</sup> “Gastara toda a minha herança.Pensava seriamente em trabalhar; entretanto, diziam-me, a maneira ‘mais decente de viver, sendo jovem bonita e sem dinheiro, seria à custa de um amante rico” (Cançado, 1992, p.99)

Seus companheiros de sanatório, os hóspedes, como eram chamados, eram em sua maioria senhores de muita idade, alguns deles admiradores da escritora, segundo seu próprio relato, e “senhoras respeitáveis geralmente na menopausa”. Um destes hóspedes, o Senhor Monteiro, percebendo-lhe certa vocação para o teatro, quis montar Hamlet, tendo Maura no papel de Ofélia.

“Tudo corria bem. Decorei meu papel, andava pelo hall da Casa de Saúde recitando o dia todo. Doutora Usiris seria a Rainha-Mãe; um médico, Hamlet; o velho meu amigo o fantasma do Rei, e, muito naturalmente eu, Ofélia” (Cançado, 1992, p.101)

Aconteceu, no entanto, que no dia da estréia do espetáculo Maura achou a peça demasiado entediante e resolveu dirigir-se a verdadeira cachoeira do sanatório, subir até o topo da pedra e aí despir-se, para alvoroço e desespero dos médicos e enfermeiros.

“Nesta cachoeira desempenhei um dos maiores papéis da minha vida, ameaçando atirar-me de grande altura, ficando nua, achando-me muito bonita e terminei laçada e arrastada por uma corda depois de três horas de rogo para que eu saísse de lá. Assim Ofélia foi salva, nua, das águas da cachoeira”. (Cançado, 1992, p.101)

Este episódio narrado no diário, entre o trágico e o cômico, acarretou, no entanto, o que a escritora descreve como um ciclo vicioso que se inicia com a primeira injeção de sonifene que lhe dão e ela especula se não teria sido o que gerou a fase irreversível de sua loucura. A partir daí, este remédio para dormir será aplicado a cada nova subversão da Ofélia do manicômio, que passa o resto dos seus dias entre o sono e a “crise nervosa”, gerada, sobretudo, pela revolta contra o sonifene. Desde esse episódio, torna-se cada dia mais difícil pensar no sanatório como um refúgio. A antiga paisagem idílica ganha aspecto de prisão, e os muros que a separam do mundo exterior tornam-se cada vez mais altos.

No conto *Espiral Ascendente*, de abertura do livro *O Sofredor do Ver*, essa encenação subvertida de *Hamlet* aparece recriada através de uma narrativa fragmentada:

“Íamos ensaiar o Hamlet. Sai com o livro (bem aparelhada) (...) sabia o perigo que representava a cachoeira. Um doente atirara-se quebrando a perna. Uma oportunidade para me vingar, conservando as atenções voltadas para mim (...)



Resolvi despir-me. antes imaginei a cena: caras retorcidas. Atirei as calças compridas, perdi a blusa na correnteza. Não me senti envergonhada. Vi-me bonita. Branca, respingada de lama. Desafiava-os em minha nudez. Selvagem! Insolente! Inocentemente nua.

Um passo a mais e poderia morrer. Escureceu aumentando o frio. Pensei: andar nas sombras é descansar o dia de presenças. E saí mitologicamente das águas. Plena. Brincava antes do ataque. Enfermeiros viriam. Certo. A correnteza dava leveza” (Cançado, 1968, p.16).

A primeira impressão que temos ao ler o episódio da cachoeira no diário é a de um extremo solipsismo, no qual a presença do outro é completamente ignorada. Maura conta ter deixado de lado o texto, a direção e os outros atores para lançar-se no desempenho do maior papel de sua vida.

No entanto, em *Espiral Ascendente*, o estilhaçamento da narrativa coloca um questionamento à unidade do “eu” que conta a história. Aqui, já não é possível o reconhecimento de si próprio. A narrativa delirante provoca a sensação de se estar em um turbilhão do qual não se consegue sair e no qual a narradora-personagem não tem nenhum controle sobre o seu corpo, que ora é posto pra dormir, ora retorna à vida de forma descoordenada:

“(…)

Estou caindo.

indo

indo

(Dormindo talvez morra)

NÃO

Emerjo..... (…)

Sem coordenação sinto-me sem peso ante esta iminência: vida. Meu coração ventava forçando o peito (...)

Dormi?

Sonifene. Sei. Covardes.” (Cançado, 1968, p.15)

A partir deste momento, quando se torna impossível reconhecer os limites do próprio eu em relação ao outro, é que entra em cena a estratégia despersonalizadora do hospício, como veremos mais adiante.

A Casa de Saúde do Alto da Boa Vista é o último lugar que ainda provoca boas lembranças em Maura, que dele saiu para um tenebroso sanatório na Tijuca, indicado, disseram-lhe, para pacientes em estado mais grave. Aí ficou quase todo o tempo inconsciente. É neste lugar que a escritora conta ter experimentado pela

primeira vez a sensação que depois vai ser constante na sua vida no hospício público – o apagar na memória de qualquer vestígio que remeta a uma existência anterior àquela:

“Minha cabeça era um tambor: soava. De onde eu começara? Para trás ficara uma vida, sabia meu ser formado de momentos – quando me esquecia, antes mesmo de constatar que existia” (Cançado, 1992, p.102).

Experiência que se radicaliza ao ingressar pela primeira vez no Instituto de Psiquiatria do Hospital do Engenho de Dentro, na segunda vez que se muda para o Rio de Janeiro.<sup>22</sup> A própria escritora conta ter procurado o hospital depois de ter tentado suicidar-se, sendo, entretanto, recusada pelo médico que lhe disse ser o hospício um lugar apenas para indigentes, o que a primeira vista não parecia tão grave:

“Não tem importância, doutor. Também sou indigente. Não tenho, emprego, estou cansada, nem sequer posso continuar morando onde estou”. Aconselhou-me a pensar e resolver de outra forma a situação. Não consegui resolver, uma semana depois procurei de novo o hospital. Insisti, terminou por aceitar-me. Perguntou-me se estava disposta a vestir o uniforme de indigente. Fui internada no IP. Minha primeira impressão foi de pânico. Abriam-me uma porta, vi-me diretamente no refeitório. As mesas cinzentas de pedra, alguma doentes descabeladas fizeram-me recuar. Uma enfermeira segurou-me pelo braço: “Não pode mais sair”. Trocaram meu uniforme, puseram-me no pátio.” (Cançado, 1992, p.180).

O pátio do hospício, Maura conta no diário, é o lugar onde ficam as loucas consideradas sem recuperação. Nem o inferno de Dante consegue superar o horror da sua paisagem, que só o cinema poderia capturar com exatidão (Cançado, op.cit, p.146). Ingressar no pátio é ter a certeza de que não haverá outra vida senão aquela composta de um sopro rarefeito que existe dentro dos muros do hospício.

“Algumas mulheres se conservam imóveis, absurdas, fantásticas, sentadas no banco ou no chão de cimento. Mudas, incomunicáveis, olhando nada aparentemente, talvez percebendo em excesso.” (Cançado, 1992, p.146)

---

<sup>22</sup> Depois da internação no sanatório da Tijuca, a mãe de Maura vem buscá-la, voltando as duas para Belo Horizonte, onde ela vive por um tempo até decidir voltar para o Rio, incentivada pela pressão dos amigos que acreditavam que a escritora tivesse mais a ver com a vida intelectual do Rio dos anos 50 do que com a conservadora Belo Horizonte desta época. (Cançado, s.d., p.179).

A internação do hospital do Engenho de Dentro engendra um processo de despersonalização, no qual já não interessa o passado de quem ali ingressou e onde o futuro não existe. Agora, definitivamente não é mais possível sair. No momento em que se internou em um verdadeiro hospício (até então tinha estado somente em Casas de Saúde privadas), Maura deixou, com suas roupas e seus objetos pessoais, a sua liberdade de ir e vir, direito constitucional que não vigora dentro dos muros do manicômio. Não há mais um confronto entre dentro e fora do hospício, pois é como se o lado de fora deixasse de existir, com o tempo que deixou de passar.

“Das sete da manhã às seis da tarde o pátio existe, sufoca, mata, oprime. Um dia. Tempo. Que tempo? Que horas são?(...)”

- Quem me roubou o direito de provar que soffro?

Respondo:

- O pátio

- Que vivo?

- O pátio

- Que quero?

- O pátio

- Quem me ouviria?

- O pátio (...)

PÁTIOOOOOOOOOOOOOOOOOOOOO” (Cançado, op.cit, p.147)

A infância no sertão mineiro, as tentativas frustradas de se tornar uma *minas-girl*, a vida libertina em alta-sociedade belo horizontina, a escritora-promessa, a suicida em potencial compõem agora fragmentos desconexos de uma vida que se enclausurou na marca de um número a mais no peito do uniforme, impressada sob um diagnóstico, junto aos indigentes, cujo existir, como a própria palavra indica, significa carecer.

“Sou um número a mais. Um prefixo humilde no peito do uniforme. Quando falo a minha voz se perde na uniformidade que nos confunde. Ainda assim falo” (Cançado, 1992, p. 55).

O hospício parece engolir a vida dos que nele habitam. Aqui já não interessa nem o passado nem o futuro dos que aí estão internados. O próprio desejo de fuga é retirado. Como escapar se não se sente vontade? Que tipo de força se exerce aqui capaz de extirpar o próprio desejo?

Que lugar é este que ocupa na escrita de Maura o espaço de protagonista, quando em seu diário acabamos por conhecê-lo melhor do que à própria autora,

que não parece ter outra existência do que aquela que se estende frágil dentro de suas quatro paredes?

Para conhecer bem a geografia do hospício-deus, do qual é preciso fugir, será necessário conhecer de perto a sua estrutura, suas entradas e saídas, seus mecanismos de encarceramento.

## A vanguarda da civilização

Quando escreve o seu diário do hospício, em 1920, na mesma instituição onde Maura Lopes Cançado escreveria *Hospício é Deus*, quase quarenta anos depois, Lima Barreto ainda podia ver de sua janela:

“o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível beleza, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio (...) lá entra por ela adentro uma falua, com velas enfunadas e sem violentar; e na rua embaixo passam moças em trajes de banho, com as suas bacias a desenharem-se nítidas no calção até agora” (Barreto, 1993, p.27).

Nesta época, o Centro Nacional de Alienados, antigo Hospital Pedro II, ainda se localizava na Praia Vermelha antes de ser transferido para o bairro do Engenho de Dentro, onde permanece até hoje. Se o transporte feito pela polícia da rua até o sanatório foi humilhante e violenta,<sup>23</sup> Lima ainda se refere às dependências do hospital como higiênicas, “as salas são claras, os quartos amplos, de acordo com sua capacidade e destino, tudo bem arejado” (Barreto, op.cit.) Não faltam elogios ao diretor do hospital, o Dr. Juliano Moreira (“tratou-me com grande ternura, não me admoestou”), nem aos guardas:

“Estive mais de uma vez no Hospício, passei por diversas seções e eu posso dizer que me admirei que homens rústicos, os portugueses, mal saídos da gleba do Minho, os brasileiros, da mais humilde extração urbana, pudessem ter tanta resignação, tanta delicadeza relativa para suportar os loucos e as suas manias” (Barreto, 1993, p.30).

Nada poderia parecer mais antagônico às descrições feitas por Maura Lopes Cançado deste hospital. Aqui, à monstrosidade do comportamento das

---

<sup>23</sup> É indescritível o que se sofre ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferros por todos os lados, com uma vigia gradeada, por onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali” (Barreto, op.cit, p.122).

guardas, se somam à indiferença dos médicos e as péssimas condições de higiene e de infra- estrutura do superlotado hospício:

“Não sei exatamente o número. Mais ou menos trezentas mulheres. Mal se entra no refeitório se sente o cheiro. Cheiro de gente, gente sem se lavar. Algumas mulheres denunciam nos vestidos manchados de sangue a higiene exigida e desprezada aqui. E o cheiro. Cheiro de mulheres. Mulheres menstruadas e sem asseio (...) Geralmente, é quase infalível há uma ou mais brigas. Voa tudo pelos ares: pratos, colheres, copos de leite (...) Sempre aparecem homens, guardas ou doentes, seguram as mulheres mais agitadas, torcem-lhes os braços pra trás, dão-lhes gravatas, deixando-as roxas, sem respiração. Mas quando a doente está presa, puxam-lhes os cabelos ajudando a empurrá-la para o quarto-forte” (Cançado, 1992, p.46)

No entanto, o aparente antagonismo na visão dos dois escritores sobre o Pedro II recua quando percebemos que, tanto em Lima Barreto quanto em Maura, o que prepondera é uma profunda desconfiança em relação à eficácia dos supostos métodos de cura da loucura empregados no hospício. No primeiro, a crítica recai sobre a onipotência da ciência que, ao classificar os tipos de delírio, acredita poder resolver os casos individuais:

“Há uma nomenclatura, uma terminologia, segundo este, segundo aquele; há descrições pacientes de tais casos, revelando pacientes observações, mas uma explicação da loucura não há (...) Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo o problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, sem explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode” (Barreto, op.cit, p.40).

Na época em que escreve o diário, Lima Barreto é quase solitário em suas críticas. A construção do Hospício Pedro II, em 1852, representou, na visão dos médicos e cientistas brasileiros, um avanço na direção da modernidade, pela qual lutaram durante todo o século XIX. A criação de um hospital específico para loucos e alienados fazia parte de uma plataforma mais ampla idealizada pelos higienistas, cuja nova visão de medicina centrava-se não mais no indivíduo, mas na sociedade como um todo. Neste movimento de politização da medicina, esta se constrói como um saber cúmplice da democracia, da liberdade e da civilização. “A vanguarda da civilização” nas palavras de um dos mais proeminentes higienistas brasileiros da época, o médico Francisco Xavier Sigaud, prestes a

colocar o Brasil, lado a lado, com as grandes potências européias.<sup>24</sup> (Apud MACHADO et al., 1978, p. 255).

Em 1830, a recém criada Sociedade Brasileira de Cirurgia e Medicina, já havia lançado a sua nova palavra de ordem: “Ao louco o Hospício”. (Costa, 1976, p.23) A convicção sobre a necessidade da criação de um hospital psiquiátrico vinha acompanhada de uma série de projetos de intervenção sobre o espaço da cidade, o qual era preciso ordenar, higienizar, aniquilar os possíveis pontos de contágio, criando um ambiente asséptico que impedisse o surgimento da doença mental.

A cidade, para os novos higienistas, era considerada um meio hostil e especialmente perigoso, graças ao grande número de indivíduos amontoados em aglomerados, o que dava margem a todos os tipos de promiscuidade. O progresso e seus desdobramentos tinham como efeito colateral desencadear, nos fracos, a proliferação de paixões artificiais e excessos de desejo, incitando este “lado b” da modernidade aos vícios e aos maus-hábitos originários da loucura. Como escrevem Machado, Loureiro, Luz e Muricy, a medicina social estava preocupada em organizar positivamente o espaço urbano em seus aspectos mais variados, heterogêneos e díspares para: “Impedir a ação destruidora a que o homem é levado por suas paixões desregradas e seus instintos cegos” (Machado et. al., 1978, p.259)

Os loucos, que até esta época, vagavam pelas ruas da cidade ou eram encarcerados no subsolo da Santa Casa de Misericórdia, representavam um grande perigo para o estabelecimento desta nova ordem social, como ameaça, mas também como vítima. Por um lado, eram o signo mais visível desta

---

<sup>24</sup>O hospício, que atualmente ocupa um lugar escuro na memória, constituiu um dia uma utopia do século das luzes. Em um período em que as declarações universais dos direitos do homem exaltavam a igualdade entre os indivíduos dotados de razão e consciência, extirpar a loucura é um gesto de libertação. Uma forma de devolver o estatuto jurídico de indivíduo e cidadão à imensa massa de loucos e alienados que vagueiam a esmo cada vez em maior número pelas ruas até então desordenadas das cidades européias em ebulição (Foucault, 1972, p.417) Passado o turbilhão das revoluções do fim do século XVIII e início do século XIX, o conceito um tanto abstrato de liberdade, fundador desta nova era, passa a se tornar cada vez mais identificado com a noção de ordem. É a racionalidade, que orientando todos os planos da vida, iria libertar os homens da servidão à que estiveram submetidos durante tantos séculos. Faz-se necessário, portanto, reformar a cidade, promover a abertura de largas avenidas, higienizá-las assim como a seus habitantes. Novas diretrizes segundo as quais a figura do louco contrastava cada vez mais. Era necessário empurrá-lo pra fora deste espaço. A civilização, o progresso, se delineiam em linha reta, a loucura é curva, sinuosa, ponto que interrompe esta marcha linear.

degenerescência citadina através da sua trajetória errante e sem direção, de suas palavras sem nexos, da falta de razão, de pudor, de limpeza - perigosos por trazerem a luz uma imagem da cidade que deveria permanecer no escuro. Por outro lado, estes infelizes andarilhos, na visão dos higienistas, não deixavam de ser vítimas de sua própria enfermidade, atirados à sarjeta ou asfixiados em um porão do Hospital da Misericórdia, sem a terapêutica necessária para trazer-lhes de volta ao domínio de suas faculdades mentais e a uma conduta moral apropriada, que não os condenasse à condição de parias. O hospício ocupava, portanto, a dupla função de impedir a livre circulação do louco no espaço urbano e de criar um espaço onde estes poderiam ser medicalizados; onde a doença seria neutralizada, sendo possível a sua reintegração.

A criação do primeiro hospital de alienados do Império do Brasil, que levava o nome do seu jovem soberano recém coroado, significou para estes médicos a concretização de um sonho. Onze anos antes, no mesmo ano em que se instituiu a maioria do imperador D. Pedro II, foi promulgado o decreto autorizando a construção do faustoso hospital psiquiátrico, finalmente inaugurado na bucólica Praia da Saudade, atual Praia Vermelha.

O local era a princípio privilegiado pelo seu afastamento do perímetro urbano, um dos fatores considerados primordiais para o sucesso da terapêutica do hospício (Machado et al., op.cit, p.372). Ali onde Estácio de Sá, com a ajuda dos índios Temiminós, liderados por Araribóia, tinha combatido os franceses e os temíveis Tamoios, o novo império preparava-se para combater um dos maiores inimigos da razão e do progresso: a loucura.

O nosso primeiro hospício foi criado a partir do modelo francês pensado por Pinel e Esquirol, no qual a arquitetura do hospital ocupa um papel fundamental no processo terapêutico de cura do louco. Como afirmava o psiquiatra brasileiro do século XIX, Luiz Vicente de Simoni: “De todas as moléstias a que o homem é sujeito nenhuma há cuja cura dependa mais do local em que é tratada do que a loucura”<sup>25</sup>.

Não ficaram por isso muito satisfeitos os nossos primeiros psiquiatras quando avistaram pela primeira vez a construção suntuosa e ornamentada, que não

---

<sup>25</sup> Luiz Vicente de Simoni, Apud Machado et.al, op.cit, p.380.

atendia, no entanto, ao desempenho científico almejado pelos seus idealizadores. Desta forma se queixava o diretor do hospital no relatório de 1877-1878:

“É forçoso confessar as numerosas imperfeições que se notam no plano arquitetônico do Hospício de Pedro II: aí a arte esqueceu a ciência; sua construção é impotente e monumental, porém peca pelo lado científico de sua missão” (Machado, op.cit, p.452).

O lugar eleito, no entanto, a Praia da Saudade, preenchia os requisitos de isolamento que, para a psiquiatria da época, eram considerados fundamentais para a recuperação do louco. “O hospício separa o louco das causas da sua loucura, inscritas na sociedade e na família” (Machado et. al, op. cit, p.430), ao mesmo tempo em que facilita a ação terapêutica.

“O hospício é um espaço fechado, com uma única entrada constantemente vigiada, de onde o alienado não sai a não ser para passeios pelas redondezas, mas sempre acompanhado pelos enfermeiros, e onde ninguém entra que possa interferir na relação de psiquiatria com seu doente, atrapalhando o processo terapêutico.” (Machado et.al, p.432)

Mas a euforia da maioria já causava em outros, talvez em menor número, certa desconfiança. Em 1882 (época em que proliferavam as teses médicas sobre as causas e tratamentos da loucura), Machado de Assis publica pela primeira vez *O Alienista*. Nesta célebre e emblemática novela, o escritor ressalta com fina ironia o seu ceticismo em relação à crença no progresso e na ciência que contagiou a maioria dos homens de seu tempo e no projeto de normalização da sociedade empreendido pela medicina social.

O seu protagonista, Dr. Simão Bacamarte, segundo Machado de Assis, um dos “maiores de Portugal e Espanha”, já tinha empreendido projeto semelhante em certa vila de Itaguaí, “em tempos remotos”, criando um lugar de recolhimento de alienados ao qual chamou de: “A Casa Verde”. Os desfechos da “Casa Verde”, porém, não foram tão exitosos como inicialmente o sonhou o seu idealizador. Ao dar-se conta que três quartas partes dos habitantes de Itaguaí encontravam-se aí internados, o obstinado e corretíssimo Dr. Simão Bacamarte concluiu, pelo método científico da observação, seu maior aliado, que apresentando a maioria da população sinais de desequilíbrio, ser demente então, queria dizer, não possuir nenhum destes sinais. Depois de internar os outros 25% dos moradores restantes e constatar que estes também, ainda que de forma menos visível, eram ligeiramente



desequilibrados, o médico quase que desiste de seu empreendimento de toda uma vida até chegar a triste e alegre, “mais alegre do que triste”, conclusão: era o único cidadão itaguaiense a possuir todas as qualidades físicas e morais, sem nenhum desvio de conduta ou de inteligência. Abnegado e totalmente dedicado ao progresso da ciência como era, ao Dr. não lhe resta outra opção se não a de internar-se a si próprio, apesar dos pedidos renitentes de sua esposa, Dona Bertoleza, para que não o fizesse (Assis, 2004, p.48).

A internação de Bacamarte como desfecho do conto, afirma, ao contrário do que pretendiam os seus contemporâneos, a zona de indiscernibilidade existente entre razão e loucura, a opacidade de suas fronteiras em contraste à separação radical que pretendiam os contemporâneos do autor. Situar historicamente o alienista em “tempos remotos” aliado a esse caráter um tanto quanto “alienado” do alienista, amenizava o tom da crítica ao mesmo tempo em que acentuava o ridículo do empreendimento (Muricy, p.48,1988).

Se a literatura, entretanto, era cética em relação à onipotência científica, este ceticismo estava longe de se configurar como discurso dominante. A passagem do século XIX para o século XX assiste ao surgimento na psiquiatria das primeiras teses eugênicas, intensificando o papel da medicina na construção de uma sociedade normatizada.

Os médicos brasileiros, nesse momento, viraram os olhos, tirando-os da escola francesa de Pinel e Esquirol, e voltando-os para as novas teorias alemãs, sobretudo para o trabalho de Emil Kraepelin<sup>26</sup>, cuja nosografia, - classificação estabelecida dos sintomas patológicos - incluía a categoria de anormalidade. Deveria ser recolhido ao hospício, nesta nova perspectiva, qualquer espécie de comportamento desviante. Alcólatras, sífilíticos, cocainómanos, criminosos, mentirosos, criminosos e indigentes, tinham agora um mesmo destino: O Hospício Nacional de Alienados (como passou a se chamar o Pedro II depois da proclamação da república). Todos os problemas sociais acabaram transformando-se em caso de saúde como aponta Jurandir Freire Costa:

---

<sup>26</sup> Psiquiatra alemão célebre pela nova classificação das doenças mentais que realizou, estabelecendo uma diferenciação entre esquizofrenia e psicose maníaco-depressiva e entre doenças exógenas, (decorrentes das condições externas e curáveis), e endógenas (de origem biológica, incuráveis).

“Estes psiquiatras tinham todos tendência a confundir ou pelo menos a associar indevidamente os problemas psiquiátricos aos problemas culturais em geral. Para eles, os fenômenos psíquicos e culturais explicavam-se unicamente pela hipótese de uma causalidade biológica que, por sua vez, justificava a intervenção médica em todos os níveis da sociedade” (Freire Costa, 1978, p.26)

Quando Maura se internou no Engenho de Dentro, na década de 60, este projeto parecia já estar decadente. Desde 1944, os antigos pacientes do Hospício Nacional da Urca haviam sido transferidos para o Centro Psiquiátrico Nacional no Engenho de Dentro, posteriormente conhecido como Centro Psiquiátrico Pedro II. O hospital superlotado, o descaso dos médicos e o abandono dos internos contrastam com as descrições de Lima Barreto. Os seus ideais normativos permanecem, no entanto, os mesmos, começando a ser questionados por movimentos da anti-psiquiatria liderados no Brasil pela luta da Dr. Nise da Silveira. Nise, no entanto, era uma voz dentre as vozes destoantes em um coro no qual preponderava o discurso da anormalidade como chave para que se entendesse comportamentos fora da reta. “A ciência tudo pode”, continuavam a gritar os doutores mundanos.

## Cemitério dos Vivos

“Aqui no hospício, com suas divisões de classes, de vestuário, etc. eu só vejo um cemitério: uns estão de carneiro e outros de cova rasa”

Lima Barreto, *Diário do Hospício*, p.57

“Os dormitórios vazios e impessoais são cemitérios, onde se guardam passado e futuro de tantas vidas. Cemitérios sem flor e sem piedade: cada leito mudo é um túmulo e eu existo entre o céu e esta dormência calada” Maura Lopes Cançado, *Hospício é Deus-Diário I*, p.71.

Se para os médicos higienistas a psiquiatria é a vanguarda da civilização, sendo o hospício a sua maior edificação, para os que nele ingressam a sensação é a de estar em um cemitério. Nos corpos que nele perambulam já não é possível reconhecer sinais de vida. “Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu corpo, era assim um cadáver de anfiteatro de anatomia”, escreve

Lima Barreto. (Barreto, 1953, p.175). Estranho poder exercido por esta construção, capaz de tornar a pessoa que nela adentra irreconhecível para si própria:

“Estranha a minha situação no hospital. Pareço ter rompido completamente com o passado, tudo começa do instante em que vesti este uniforme amorfo, ou, depois disto, nada existindo – a não ser uma pausa branca e muda” (Cançado, 1992, p.32).

No hospício é impossível salvaguardar alguma possível identificação. As estratégias de “cura” empregadas agem para que o louco não se sinta mais no poder de afirmar o que quer que seja. Ao entrar, conferem-lhe um uniforme, um diagnóstico e uma prescrição médica de remédios que lhe causem uma sensação de letargia, na qual não é mais possível mesmo mover-se.

“Na minha ficha do hospital meu nome não tem valor. A ficha tem finalidade de acrescentar mais uma psicopata para a estatística. Estatisticamente sou considerada personalidade psicopática – mais nada (...) terminarei pela vida como essas malas cujos viajantes visitam vários países e em cada hotel por onde passam lhes pregam uma etiqueta: Paris, Roma, Berlim, Oklahoma. E eu: PP, Paranoia, Esquizofrenia, Epilepsia, Psicose Maníaco Depressiva, etc. Minha personalidade mesma será sufocada pelas etiquetas científicas. Serei a mala ambulante dos hospitais, vítima das brincadeiras dos médicos, bonitos e feios” (Cançado, 1992, P. 41).

Desde sua criação, no século XIX, o hospital psiquiátrico recorre a duas estratégias principais como forma de fazer com que o louco retome as suas afeições antes do surto, “dentro dos seus justos limites” (Foucault, 2006, p.121). Ao mesmo tempo em que se configura como lugar do desenvolvimento do saber médico que classifica e diagnostica as doenças mentais - assim como os botânicos classificavam as plantas – é por excelência o local onde se exerce o poder normatizador de retirar do doente todo seu potencial de resistência. No hospício, diz Foucault:

“tudo é questão de poder. Dominar o poder do louco, neutralizar os poderes que de fora possam se exercer sobre eles, estabelecer um poder terapêutico de adestramento e ‘ortopedia’ (...) o doente pelo simples fato de estar internado passa a ser um cidadão sem direitos, abandonada à arbitrariedade dos médicos e enfermeiros, os quais podem fazer dele o que bem entenderem sem que haja possibilidade de apelo” (Foucault, 2006, p.99).

Nesta estratégia de retirada do poder do louco, o seu discurso também é deslegitimado. Não há, como aponta Foucault, apelação possível. Como pode um louco afirmar que não é louco, quando exatamente esta falta de reconhecimento de si próprio é o que compõe a sua patologia?

Quando a apatia do cotidiano do hospício se rompe com as revoltas e brigas, que são constantes entre as doentes do hospício, o tumulto é visto como mais uma confirmação da incapacidade do louco em conduzir-se de acordo as normas do bom senso que regem a sociedade. Não é mesmo este desvio da conduta regrada que origina a loucura?

A revolta aqui é vista como crise nervosa. Nos hospícios, lembra Foucault, o médico assume a posição de “mestre da loucura” e a sua função é justamente fazer surgir a doença, provocando no louco uma crise para que, uma vez reveladas, as suas paixões desregradas possam ser confrontadas com sua vontade reta e, assim, controladas. É na luta entre o desejo do louco e o poder do médico que se adestraria a loucura:

“este choque inevitável, e a bem dizer desejável, produzirão dois efeitos: a vontade doente, que podia muito bem permanecer inatingível pois não é expressa em nenhum delírio, revelará abertamente seu mal pela resistência que opõe à vontade reta do médico; e por outro lado, a luta que aí se instala, se for bem levada, deverá conduzir a vontade reta à vitória, e a vontade perturbada à submissão e à renúncia. Um processo de oposição, de luta, de dominação. ‘Deve-se aplicar um método perturbador, quebrar o espasmo pelo espasmo (...) Deve-se subjugar todo o caráter de certos doentes, vencer suas pretensões, domar seus arroubos, quebrar seu orgulho (...)’ (Foucault, op.cit, 1996).

Dos enfrentamentos constantes com o poder do hospício - leiam-se guardas, enfermeiros e médicos- , o doente sai cada vez mais humilhado e, reconhecendo-se, agora mais do que nunca, como pertencente ao uniforme de louco e ao diagnóstico psico-patológico que o caracterizam.

O conto “Espiral Ascendente”, já citado, é a própria encenação dessa luta de antemão perdida. Aqui a protagonista oscila entre as pesadas doses de sonifene que lhe dão quando “por um momento entrego-me, cansada de lutar” e as insurreições que provocam rupturas na atmosfera sem vida do asilo, quando seu “corpo reage ao peso destes insultos dormidos” (Cançado, 1968, p.14).

A espiral ascendente, de que trata o conto não se refere, como poderia dar a entender, a uma trajetória vitoriosa, mas sim ao o percurso que se desenha

quando, a cada novo conflito, vai se construindo uma “teia que me envolve e me perde” (Cançado, op.cit, p.19).

A luta, para Maura, é mesmo o que define a doença mental - o que, segundo a escritora, é bem diferente da loucura. O doente mental não é aquele que é acometido por delírios, mas o que é incapaz de aceitar que já não faz parte do mundo exterior ao hospício, onde possuía uma identidade, um registro civil e onde as suas palavras possuíam a legitimidade e o crédito da razão. Impedido de aceitar que esta não é mais a sua realidade, ele não se conforma e se atira a enfrentamentos com o poder do hospício que só irão piorar sua situação.

“Como é que eu, em vinte e quatro horas, deixava de ser um funcionário do Estado com ficha na sociedade (...) para ser um mendigo sem eira nem beira atirado para ali que nem um desclassificado?” Esta pergunta feita pelo protagonista do romance de Lima Barreto, “Cemitério dos Vivos”, ao ser internado no hospício, é o que define para Maura Lopes Cançado, a crise do doente mental.

“Lutam contra o que se chama doença, quando justamente é esta a luta que os define: sem lado entre o mundo dos chamados normais e a liberdade dos outros (os loucos). Não conseguem transpor “o Muro”, segundo Sartre. É a resistência (...) Se existe vergonha é na luta: perder o lugar no mundo, afetividade, direitos (direitos?) então encontramos doença, morbidez, imensa soma de deficiências que se recusa a abandonar” (Cançado, 1992, p.27).

No diário, Maura oscila entre o reconhecimento da impossibilidade de ser algo além de um diagnóstico numa ficha médica que determina a condição de existência dentro de um hospício e o inconformismo com a sujeição imposta. As brigas e discussões que trava com médicos e enfermeiras são constantes, mas sem nenhuma probabilidade de vitória. Estes episódios são narrados no diário sempre com um tom de estranhamento em relação às próprias reações. Sabendo que este trajeto em “espiral ascendente” não a levará para nenhum lugar para fora dali, porque insiste em reagir?

“Minhas reações são completamente negativas (...) Seria falta de inteligência o que me levou a sofrer tão anonimamente? Faço coisas sem nenhum sentido: permaneço horas deitadas no corredor do hospital, danço balé sobre os bancos escandalizando as guardas. Estou constantemente penalizada de mim: sou espectadora de mim mesma” (Cançado, 1992, p.52).

Não conseguindo aceitar que já não possui o seu lugar no mundo, o “doente mental” também não consegue pensar em novas possibilidades de existência: “a principal característica dos doentes mentais é o medo (não o medo dos guardas, dos médicos. O medo de se perder de todo antes de se encontrar)” (Cançado, 1992, p. 27). Sem este lugar prévio, como seria possível seguir existindo diante da neutralização imposta pelo cotidiano do hospício? Impedidos de voltar ao mundo de onde saíram, e sem conseguir visualizar nenhuma outra realidade que não a morte (tão próxima no *Cemitério dos Vivos* onde se encontram) a sensação que lhes resta é de que verdadeiramente não há saídas.

Não reside nesta imobilidade a verdadeira claustrofobia? Imprensados contra o muro, os doentes mentais, dentre os quais Maura se diz incluída, não antevêm maneiras de ultrapassá-lo, nem de voltar a uma antiga posição da qual não se desapegam. Mas no que reside esse medo de “se perder de todo antes de se encontrar” que Maura menciona?

## O assassinato do Espelho

No conto *O Espelho Morto*, narrado em primeira pessoa, podemos encontrar um paralelo entre o que Maura define no diário como “medo de se perder de todo” e o episódio insólito vivenciado pela estranha sua protagonista.

A narradora, de quem desconhecemos o nome, apresenta-se como uma pessoa solitária que não tem o hábito de sair de casa, vivendo em um apartamento escuro e antigo que divide com “três outras criaturas” que não conhece, pondo em certos momento em questão a sua humanidade, afirmando posteriormente tratarem-se de três mulheres:

“Falam demais, andam constantemente armadas, usam com ferocidade os dentes. Estão sempre gordas de razão. Esqueci-me de dizer que são mulheres, estas tremendas criaturas. Apesar deste detalhe uma delas deixou crescer vasto bigode que a tornou um pouco mais simpática ocultando-lhe as presas fortes, ameaçadoras” (Cançado, 1968, p.37).

A estranheza desta descrição aumenta quando apresenta ao leitor o mundo em que está imersa. Desde criança, conta, vive em uma realidade particular que a cada dia que passa ganha contornos mais sombrios:

“Vivo sozinha em um mundo cada vez mais estranho, fantástico, monstruoso. Não que as coisas tenham se modificado tanto. Desde menina este encarceramento me sufoca, minha coragem foi sempre formada do desejo de evasão o desespero de fuga deu-me forças até hoje” (Cançado, 1968, p.37).

O agravamento da solidão que a enclausura nesta realidade fantástica e monstruosa se agrava depois que um “crime” é cometido por uma das “criaturas” com que divide o apartamento. A criminosa era uma bizarra estudante de geologia que ocupava o mesmo quarto que a narradora, espalhando sempre pelo aposento uma infinidade de pedras “por ela colhidas diariamente nas praias”. O desconforto se iniciara com a falta de educação da primeira, insistindo em atirar estas pedras que tomavam boa parte do quarto. Não eram pedras comuns, mas sim, “pedras personalíssimas, quase vivas” que faziam com que a protagonista tivesse que encolher-se na cama para impedir que seu corpo se expusesse ao contato. Já quase lhe era impossível sair à rua, onde se sentia ameaçada pelos “olhares assassinos” e pela velocidade com que “pessoas enormes deslizam ruidosas pela cidade”, quando esta companheira de quarto desferiu-lhe o golpe de misericórdia com o crime cometido.

A estudante de geologia assassinou o espelho do quarto atirando uma das pedras de sua coleção sobre o objeto, quebrando-o em mil pedacinhos. O gesto foi fatal para a protagonista que, desde então, não se recuperou do acontecido:

“Considero esse crime a maior desgraça da minha vida inútil, calada, vazia. Foi o espelho a única criatura humana que conheci. Desde a infância habituara-me a ele, não havia como temê-lo (...) Começo a perder a noção do tempo. Acompanhando o crescimento do espelho acompanhei meu próprio crescimento. Vendo-o se transformar tive consciência da minha infância perdida (...) Diariamente tomo entre as mãos os restos mortais do meu amigo. E sofro. Sozinha. Sem outro rosto” (Cançado, 1968, p.42).

O encarceramento sufocante ao qual esteve presa a protagonista do conto se acirra ao passo que o espelho, único objeto que reconhecia como livre do olhar ameaçador que lhe conferiam pessoas e coisas a seu redor, é assassinado.<sup>27</sup> A

---

<sup>27</sup> “Ruas fervilham. Duelos se dão a todo instante. Mulheres se odeiam beijando faces umas das outras. Muitas enxertam carne de vaca nas nádegas. Nem por isto perdem o jeito mau e duro de andar. Mostram as presas, se as olhamos, dão constantes coices. Homens comem ávidos, o hálito podre provocando náusea (...) o asfalto queima (...) móveis animados passeiam o dia todo pelos aposentos. Ouço ruídos esquisitos” (Cançado, op.cit, p.41)

própria imagem que, morta, a transforma em uma figura “sem rosto e sem esperança” em um mundo nada amistoso.

O que acontece quando esta imagem é assassinada? Ainda é possível existir? Reconhecer-se em um espelho, segundo Lacan, é o componente primordial do fenômeno de produção de identificação. “A transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” é o que possibilita a aquisição de sua identidade (Lacan, 1998, p.97). Projeto que fracassa em *O Espelho Morto* e que é inviabilizado nos habitantes do manicômio em *Hospício é Deus*.

O sofrimento com a perda do espelho como local de reconhecimento se assemelha à condição do doente mental, exposta nas páginas do diário. Neste último caso, era justamente a perda de um lugar no mundo o que produzia a prisão destes internos do hospício e a sensação de que se esgotavam as saídas. O que o conto explicita é a fragilidade da constituição deste lugar ameaçado a todo o momento de estilhaçamento. Aqui, uma nova face da clausura se apresenta sob uma roupagem menos concreta e palpável.

## Hospício-Deus

No diário, Maura relata que o que iniciou sua trajetória de internação foi a dificuldade em enquadrar-se nos padrões exigidos para uma mulher em uma sociedade conservadora:

“tudo tomou caráter mais grave e mais penoso quando passei a sofrer com brutalidade os reflexos do condicionamento imposto a uma adolescente em uma sociedade burguesa, principalmente mineira. Quando esta adolescente julga perceber além das verdades que lhe impõem, e tem ela mesma, sua própria verdade” (Cançado, 1992, p.25).

No conto citado encontramos passagens semelhantes: “tudo se tornou demais difícil depois do crime da futura geóloga, assassinado o espelho com uma pedrada” e mais adiante “Tudo se agravou mesmo depois da morte do espelho” (Cançado, 1968, p.41). Qual a relação entre estes dois eventos?

No conto, a realidade da protagonista era marcada pela solidão em um mundo “estranho, fantástico, monstruoso” onde está encarcerada desde menina.



Os relatos de infância no sertão mineiro, presentes no diário, também fazem alusão a uma experiência de isolamento em que os menores acontecimentos eram vivenciados com extrema angústia:

“O pior eram as noites. A tarde começava a minha angústia. E a noite me encontrava, pequena e branca de olhos escuros, ardentes, um pedaço trêmulo de medo cintilando pela casa imensa, onde os lampiões iluminavam um pouco de cada aposento, deixando indefinido o espaço entre a luz e o escuro. Sentia-me vaga, perdida, pronta a ser tragada pela noite que pesava lá fora (...) Sem nenhuma razão aparente temia determinadas pessoas, outras me inspiravam um nojo físico, invencível (...) Cheguei a adquirir hábitos estranhos, como não respirar em direção a pessoas doentes - ou por mim supostas (...) encaravam-me como a uma menina caprichosa, mas a verdade é que já era uma candidata aos hospícios onde vim parar” (Cançado, 1992, p.17)

A angústia citada agravou-se muito quando as suas relações com Deus tornaram-se as piores possíveis. Para Maura, a figura divina era mais assustadora do que a do próprio demônio, com o seu julgamento implacável.

“Eu crescia e cresciam os meus temores: o escuro, a noite, a morte, o sexo, a vida – e principalmente Deus de quem nada se podia ocultar (...) e foi esta divindade que me ensinou a mentir: diziam: ‘- Devemos amar a Deus sobre todas as coisas’. Sim, concordava com veemência e mentira. Amá-lo como impiedoso e desconhecido me espionando o dia todo?” (Cançado, op.cit, p.20).

O julgamento divino não a atemorizava tanto, estranhamente, pelo medo que tinha de ser mandada para o inferno. O seu verdadeiro pavor ao descumprir os mandamentos da igreja era o de ser enterrada viva:

“O inferno já me estava reservado, tinha quase certeza, entanto meu verdadeiro medo era o de imaginar-me sete palmos a baixo da terra sem me mover ou respirar. Não fui além de um misticismo biológico, se posso assim dizer” (Cançado, 1992, p.19).

A asfixia daquela época, gerada pela imposição dos pesados valores da moral católica, aumentam com a adolescência. Da pressão criada no conflito entre atender às demandas do condicionamento imposto por uma sociedade conservadora e a vontade de possuir suas próprias verdades, o espelho não suporta e se quebra.

Por que fracassa o processo de criação de identidade quando não passa pelo crivo da aprovação alheia? Não seria justamente a partir desta definição que

se pode marcar a individualidade, definindo o sujeito como autônomo em relação ao seu grupo? Gilles Deleuze e Felix Guattari questionam o processo de identificação como movimento de sigularização. Segundo estes filósofos:

“Os rostos não são propriamente individuais, eles definem zonas de frequência ou de probabilidade, delimitam um campo que neutraliza antecipadamente as conexões e expressões rebeldes às significações conformes” (Deleuze e Guattari, 1996, p.32)

O estabelecimento de uma identidade fixa e segura, na concepção destes autores, está diretamente relacionado à capacidade de inserção na ordem vigente e do afastamento de tudo aquilo que pode vir a ameaçá-la. A metáfora do espelho utilizada por Lacan para representar o processo de individuação erra, na concepção destes autores, ao não considerar este aspecto anterior, político e social, os agenciamentos de poder que definem os eixos de significância e subjetivação que compõem o rosto e que funcionam a partir de um modelo único: o do homem branco e ocidental. Como apontam Deleuze e Guattari, além de não ser individual, o rosto também não é universal. (Deleuze e Guattari, op.cit., p.43).<sup>28</sup>

Aqui é possível estabelecer um paralelo com a idéia de uma subjetividade regulamentada pelo biopoder, proposta por Michel Foucault no primeiro volume da *História da Sexualidade*. O biopoder, ou seja, o controle da vida por parte do

---

<sup>28</sup> Deleuze e Guattari diferem o processo de individualidade - referente a um sujeito enquanto unidade transcendental regulado por um princípio oculto - e o de individuação - definido por sua singularidade. Neste segundo caso, a singularidade emerge de um acontecimento que não pode ser reproduzido ou remetido a um modelo anterior: algo que escapa à linearidade do tempo cronológico e que independe “da forma de seu conceito e da subjetividade de sua pessoa” (Deleuze e Guattari 2005, p.54). Este movimento de individuação diz respeito à capacidade de afetar e ser afetado, dos graus de intensidade mobilizados por estes afetos, que podem estar presentes tanto nas pessoas, quanto nas estações do ano:

“Um grau de calor, uma intensidade de branco, são perfeitas individualidades; e um grau de calor pode compor-se com outro grau para formar um novo indivíduo, como num corpo que tem frio aqui e calor ali de acordo com a sua longitude. Sorvete flambado com suspiro. Um grau de calor pode compor-se com uma intensidade de branco, como em certas atmosferas brancas de um verão quente (...) Mesmo quando os tempos são abstratamente iguais a individuação de uma vida não é a mesma que a individuação que leva um sujeito que a leva ou suporta (...) Você tem a individuação de um dia, de uma estação, de um ano, de *uma vida* ( independente da duração)” (Deleuze e Guattari, op.cit, p.49). O processo de individuação acontece sempre a partir da relação estabelecida entre corpos e intensidades, e não mais a partir de um indivíduo sozinho - necessita da presença do outro. Esta diferença estabelecida entre individualidade e singularidade será importante para que, mais à frente, seja possível pensar em meios de fuga que escapem à despersonalização mortificadora imposta pelo hospício, uma vez que já não é mais possível o estabelecimento de uma identidade fixa que nos devolveria para o mundo dos normais.

poder soberano, materializa-se em uma força externa, disciplinadora e normatizadora que incide sobre os corpos e as subjetividades, docilizando-as e adestrando-a (Foucault, 1988, p.151).

Para Foucault, o processo de formação do sujeito moderno é totalmente dependente deste ideal normativo que instaura um modelo de bom comportamento e obediência. Nessa perspectiva, o poder não age somente através de uma ação externa que tem o seu lugar nas instituições normativas (escola, hospital, presídio, hospício, etc.) mas também ganha força à medida em que se interioriza na consciência, ou na alma, como chama o filósofo.

Judith Butler chama atenção para esta relação paradoxal que se estabelece na obra de Foucault entre assujeitamento e subjetivação. A palavra francesa *assujettissement* pode se referir tanto ao processo de formação da subjetividade, quanto a um movimento de sujeição (Butler, 1997, p.84).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault indica que o prisioneiro não é regulado simplesmente por uma forma de poder que lhe é exterior, mas através de um discurso constitutivo da sua identidade enquanto prisioneiro. Como afirma Butler:

“The prison thus acts on the prisoner body, but it does so by forcing the prisoner to approximate an ideal, a norm of behavior, a model of obedience. This is how the prisoner’s individuality is rendered coherent, totalized, made into discursive and conceptual possession of the prison; it is, as Foucault insists, the way in which “he becomes the principle of his own subjection” (Butler, 1997, p.85).

Este assujeitamento que submete o indivíduo desde sua própria interioridade, não é decorrência somente do encarceramento nas instituições penais. Como aponta Butler, para Foucault, a metáfora da cadeia funciona como ponto de partida para a teorização da própria sujeição sofrida pelo corpo na modernidade. É a própria consciência, ou alma, como chama o filósofo, que exerce a tarefa de adestrar o corpo a partir deste ideal normativo.

Aqui está presente uma crítica latente à teoria liberal que crê que é preciso libertar o indivíduo das amarras da opressão. Este “homem” que as revoluções burguesas pretendem libertar já seria um efeito deste processo de assujeitamento

mais profundo (Butler, op.cit). “A alma é a prisão do corpo” diz Foucault em *Vigiar e Punir*.<sup>29</sup>

O “crime do espelho” - quando conectados diário e conto - aparece como um evento que é anterior mesmo à internação concreta no hospício. A impressão que fica é que este processo normativo e disciplinador não entra em ação somente quando se adentra os muros do hospício. Sem reconhecer a si mesmo como pertencente a um grupo de padrões e valores definidos, diante do espelho, a imagem projetada se transforma na imagem de um monstro. Esta mulher que se diz “sem rosto e sem esperança”, sofre, sobretudo, porque não se enquadrou (Cançado, 1968, p.37).

A internação só viria a agravar a sensação de não possuir um lugar, um rosto, uma identidade. Aqui os fragmentos do espelho são guardados dentro de rótulos e etiquetas, não podendo ser reconstruídos sob nenhuma outra forma. Não há outra possibilidade senão a de existir dentro desta ausência permanente. Para os doentes mentais, a única alternativa seria a resignação - trajetória em espiral cujo fim é aquele das doentes imóveis do pátio. Não haveria como fugir deste processo, como ensina uma das habitantes do hospício à Maura, em um diálogo registrado no diário:

“Para mim não faz diferença o dia ou a noite. Se me colocarem de cabeça para baixo sou capaz de permanecer imóvel. Mas você chegará aonde eu estou. Eles vão te amansar. Ainda vai chorar muito, e chegar onde estou – porque já começou a andar. Ainda vai chorar muito, mas já começou” (Cançado, 1992, p.140).

Nesta fala, o que se encontra é o ponto final de um processo: “quando tudo se tornou mais grave e mais penoso”; quando já não é mais possível combater as punições impostas pelo “hospício-deus” e se torna obrigatório adentrar no hospício de carne e osso - de onde a idéia de voltar para o mundo dos “normais”, de recuperar uma imagem estilhaçada, colando os caquinhos remanescentes do espelho é uma quimera irrealizável.

Para fugir deste cárcere, que é tanto mais claustrofóbico, quanto menos concreto, não basta encontrar maneiras de sair do manicômio (seja através de uma possível “reabilitação” ou mesmo da devolução desta identidade).

---

<sup>29</sup> No capítulo 1 vimos a formação desta idéia moderna de indivíduo como uma unidade autônoma. Este ideal de autonomia é completamente desacreditado por Foucault que concebe a idéia “de homem” como extremamente dependente de um ideal normativo.

Seria este então o “Hospício-Deus”? Esta sensação onipresente de claustrofobia gerada pela impossibilidade de criação de saídas em um mundo onde a existência é dependente de um reconhecimento identitário, que não se constrói em um movimento de singularização, mas de dependência a rígidos padrões de pertencimento?

O empreendimento de evasão se torna ainda mais complicado. Como ultrapassar este muro invisível? Sem conseguir se enquadrar neste processo excludente e paralisante de criação de identidade, não haverá outra saída a não ser vestir o uniforme cinza que despersonaliza?

No hospício, Maura reconhece, no entanto, a existência de seres que não parecem estar mais presos a esta impossibilidade de estabelecer um lugar no mundo dos chamados normais. São os verdadeiros loucos: “seres que se movem em outra espécie de vibração” e que parecem ter escapado da ameaça da morte iminente no manicômio. “Diante da morte não sabia para onde voltar-me: inelutável, decisiva. Hoje, junto do loucos, sinto certo descaso pela morte” (Cançado, 1992, p.26)

Talvez nestes seres, cuja humanidade é questionável, pois passaram, segundo Maura, a outro estado que prefere chamar de santidade, esteja a chave da porta que levará pra fora do “hospício-deus”. Uma vez que este cárcere não tem os limites concretos das paredes de um hospital psiquiátrico, evadi-lo necessitará da experimentação de outros tipos de vibração que possibilitem o transporte para outra frequência. Quem são estes seres? Como fugiram? Fugiram de fato? Travar contato com a sua linguagem que não é mais a linguagem dos homens, mas uma outra, incompreensível a primeira vista, é o próximo passo do leitor que começou a jornada como visitante do hospício e está agora “nesta cidade triste” com o uniforme azul-desbotado, “que mais parece um saco” dos internos do manicômio.

Rio, 12 de janeiro de 2008

Pensamento que surge enquanto dou voltas pelo meu quarto: Quem sabe ao refazer o caminhar incessante da personagem do conto "No quadrado de Joana" também não me seja oferecida uma nova linguagem?

Para dizer a verdade não peço tanto: tenho três desejos: Queria apenas um meio de expressão que não transforme a escrita de Maura Lopes Cançado em um caso clínico, um modo de escrever que não subjugu a literatura à teoria, e uma análise literária que não caia na armadilha da arte pela arte. Falta-me um gênio da lâmpada.

Escrevendo sobre a época em que conheci a escrita da Maura fui inundada por uma torrente de lembranças. Mas desta vez não deixo que me leve de novo pra alto mar, ou pelo menos, nesta praia eu já sei nadar.

Depois de ter lido o livro sobre as mentes perturbadas no Shopping, devo ter adquirido um ar tão pálido, que o meu bom chefe perguntou o que acontecia comigo. "Tenho distúrbio de déficit de atenção". Ele levou às mãos à cabeça, eu achando que em solidariedade ao meu drama. "Não venha você com essa história também pelo amor de Deus". Acontecia que o meu colega, o outro assistente, também tinha lido o mesmo livro e no mesmo dia correu para um psiquiatra que imediatamente lhe deu a tal ritalina. Desde então eu sei que pelos menos metade dos meus amigos, parentes e conhecidos tomam ou já tomaram remédios psiquiátricos, na sua maioria anti-depressivos. Não existe mais lugar pra tristeza nem pra desconcentração?

Já sei o que anda fazendo a minha dissertação se arrastar com um ritmo modorrento e sem vida. Me levanto todos os dias pensando no número de páginas que vou escrever e quando o sono me leva, não preenchi mais do que dois pedaços de tela em branco! Mas pra que isso? Ando tão preocupada com o meu futuro individual, em arranjar dinheiro pra sair da casa da minha mãe, imaginando os pratos e copos das Lojas Americanas que vou comprar para o meu fictício quarto e sala no Horto, e ao mesmo tempo tão afastada de tudo aqui trancada, que me esqueci do que me levou a escrever este treco.

Tinha, sobretudo, vontade de pensar em saídas para uma certa normalidade branquela e clean da minha geração, cujo maior objetivo na vida "é ter estabilidade". Ter estabilidade quer dizer arranjar um bom emprego, (por bom entenda-se decente), um bom relacionamento, e atualmente, no Rio de Janeiro, voltar pra casa cedo pra não ser assaltado. Eu nunca fui nenhuma beatnik e o sonho dourado de entrar na igreja e ter muitos filhinhos me persegue desde sempre. Mas o que mais me incomoda não são os costumes e as formas de conjugalidade, não sou da comunidade do *orkut*, "nasci na época errada". Eu sinto falta de uma certa poesia pelo simples fato de estar vivo que o capitalismo destrói e transforma em comercial de cartão de crédito. Mas o que quer dizer este estar vivo, foi o que me perguntou a Ana Kiffer, eu não soube responder. Com certeza alguma coisa para além do ciclo biológico - nascer, crescer, se reproduzir e morrer ao qual estou presa agora.

"Enquanto houver burguesia, não vai haver poesia"? Mas não acredito mais na máxima do Cazuzza, que diz "eu sou burguês, mas eu sou artista". Não é sentimentalismo barato esta ternura, ou talvez seja, eu talvez seja bastante piegas. Quero então o direito a ser piegas sem me sentir participando de um comercial do Itaú.

Ou talvez não seja poesia, mas imaginação. Viver em um mundo menos aristotélico onde seja possível pensar em cavalos que voam sem um certo ar blazé que invade todo mundo, mesmo na universidade, mesmo ali onde eu ainda acredito. Menos muxoxo, diante de tudo. Tanta virtualidade tecnológica e a imaginação chapada, entediada, um certo nojinho da diferença,

Ou ao invés de imaginação, brincadeira, menos sisudez, não sei, eu quero fugir como a Maura. Já me confundo...

Pra já eu quero não ter medo de enfiar o meu desejo nesta escrita para não esquecer o que me mobilizou em primeiro lugar a fazê-la enquanto me perco no devaneio de copos de plástico das lojas americanas.

Se eu casasse na igreja talvez ganhasse pratos da Tok&Stok...